

# Apresentação

O artigo que abre este volume da *Locus* traduz de algum modo as profundas indagações que os historiadores debruçados sobre o período colonial brasileiro tem-se colocado nas últimas décadas. Saltamos de uma explicação do Brasil no período colonial como um mero reflexo das determinações externas e apêndice das sociedades metropolitanas, para chegarmos a um questionamento sobre a pertinência da utilização do termo *colonial* como noção demarcadora do longo período da história do Brasil que vai do século XVI às primeiras décadas do XIX. Originalmente publicado na revista *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, os sugestivos questionamentos feitos neste texto pelo historiador francês Jean-Frédéric Schaub nos levaram a solicitar autorização para a sua tradução e veiculação na revista *Locus*. Embora direcionado primordialmente para os problemas da historiografia francesa, a reflexão de Schaub chama atenção para inquietações que são centrais a todos aqueles que lidem com as questões coloniais. No caso da historiografia brasileira, ainda que atualmente nem todos os historiadores dedicados ao período compactuem com as formulações ali propostas, faz-se consensual a ideia de que é necessário buscar compreender a realidade da América portuguesa articulada (e não submetida) à dinâmica maior da monarquia portuguesa.

A montagem do dossiê *Os novos rumos da história colonial* procurou articular estudos que traduzissem de algum modo essa inquietação. Todos os artigos aqui publicados apresentam algum caráter inovador para a historiografia do período colonial seja no que diz respeito às metodologias adotadas, aos temas tratados ou ao modo de articularem discussões pontuais sobre a América portuguesa a fenômenos mais abrangentes do império português. A disposição dos textos procurou aliar uma ordenação cronológica com alguma aproximação temática.

O artigo de Kalina Vanderlei Silva, *A monarquia católica e a América portuguesa no século XVII*, destaca-se pela originalidade de tratar um tema tão pouco trabalhado na historiografia brasileira, ou seja, o período da União Ibérica e as relações entre a América portuguesa e a corte espanhola. Inspirada especialmente pelos estudos de Serge Gruzinsk e sua noção de Monarquia Católica ou Universal, Kalinda realiza um importante diálogo com a historiografia e, baseando-se em documentos espanhóis, acompanha algumas trajetórias políticas para iluminar as conexões estabelecidas entre a elite açucareira do norte da América portuguesa e a corte dos Habsburgos. A autora demonstra como a aceitação dos senhores de engenho nas fileiras da fidalguia luso-

espanhola habsburga, esteve quase sempre associada à prestação de serviços militares, tanto na América quanto no reino.

*As cores da conquista*, de Rafael Chambouleyron e Alírio Cardoso, busca chamar atenção para aspectos pouco sublinhados nos estudos sobre o processo de colonização das Américas na época moderna: a produção e comércio de produtos tintórios naturais. Objetiva-se não só analisar a prática comercial em foco, notadamente a instalação das primeiras fábricas de anil na região amazônica, como também compreender o olhar ibérico sobre esses produtos. Nas palavras dos autores, busca-se compreender como “portugueses e castelhanos viram nos produtos tintórios amazônicos importantes gêneros para exploração e os inseriram na sua forma de compreensão do mundo amazônico, inclusive a partir de comparações com outras regiões do império”. Fugindo das descrições mais clássicas sobre o tema que tendem a centrar atenção na exploração do pau-brasil, os autores exploram nesse estudo a produção e comercialização de outras variedades de fontes tintórias existentes na região amazônica e sua importância para o processo de colonização daquela área e para as disputas imperiais do período. Afinados com as tendências historiográficas mais recentes, os autores chamam atenção para a necessidade de conectar o Estado do Maranhão e Pará às demais possessões portuguesas fora da América para que se compreendam adequadamente os rumos específicos que tomou a colonização dessa conquista.

No artigo *Representação política na monarquia pluricontinental portuguesa: Cortes, Juntas e Procuradores*, a historiadora brasileira Maria Fernanda Bicalho e os investigadores portugueses José Damião Rodrigues e Pedro Cardim analisam a correspondência, ou a comunicação política, estabelecida entre a Coroa portuguesa e os territórios sob sua alçada. No bojo dessa comunicação política os autores dedicam-se a discutir o papel das Cortes na interação entre os poderes territoriais e as autoridades régias. Ademais, com olhar inovador sobre a correspondência trocada entre a Coroa, as câmaras e outras instâncias de poder presentes nos territórios ultramarinos, os autores investigam as juntas de câmaras que se realizaram nos séculos XVII e XVIII em diferentes pontos do reino, nos arquipélagos atlânticos e na América, e o papel desempenhado pelos procuradores que as diversas câmaras ultramarinas enviaram para Lisboa.

Em *Saciar para manter a ordem e o bem público* as câmaras municipais voltam a ter relevo. George Cabral de Souza alia a investigação sobre as câmaras às questões sobre a dinâmica dos mercados internos. Demonstra que o problema do abastecimento de víveres para as áreas urbanas mais dinâmicas esteve condicionado tanto pelas questões climáticas quanto pelas interferências de interesses particulares. Nesse

sentido, era necessária a articulação de diversas autoridades, dentre as quais a municipalidade, para a resolução dos mesmos. Devido ao crescente consumo do Recife, por vezes, medidas tomadas no âmbito do termo da vila acabavam afetando os fluxos de circulação de mercadoria em outras regiões. Finalmente, o artigo destaca os desdobramentos mais amplos que a questão do abastecimento podia ter, na medida em que afetavam a provisão de víveres para as embarcações que faziam as rotas atlânticas. Nas palavras do autor “esse é um dos aspectos onde se pode perceber as interferências das repúblicas municipais nas dinâmicas da monarquia pluricontinental portuguesa”.

As elites coloniais são o objeto central da pesquisa de Monalisa Pavonne Oliveira. *Os Officiaes do Santíssimo do Ouro Preto por seus testamentos e inventários* trata de analisar a condição econômica e política dos integrantes de uma das mais importantes irmandades do período colonial em Minas Gerais. A proposta da autora é discutir até que ponto os indivíduos que integravam os postos principais dessa instituição faziam parte da elite econômica e política da localidade. Lançando mão de uma diversificada documentação local, a autora procura demonstrar que nem todos os seus integrantes estavam entre os homens mais abastados da região, sendo alguns deles mais próximos do que se poderia chamar de camadas médias urbanas. Demonstra também a existência de fortes vínculos entre a ocupação de postos na Irmandade e a inserção dos irmãos do Santíssimo em diferentes níveis da administração colonial, como as Câmaras e as Secretarias de Governo. Segundo a autora, o pertencimento à Irmandade do Santíssimo Sacramento constituía acima de tudo um meio eficaz para a maior visibilidade social de seus integrantes.

A antiga vila mineradora é novamente cenário no artigo *Vila Rica e a noção de “grande cidade” na transição do Antigo Regime para a época contemporânea*, de autoria de Cláudia Damasceno Fonseca e Renato Pinto Venancio. A proposta dos autores é fazer uma análise da evolução da atual cidade de Ouro Preto na *longue durée*, revendo o mito da decadência urbana atrelada ao declínio da produção do ouro. Cláudia Damasceno e Renato Venancio procuram relativizar a noção de decadência presente na historiografia sobre a região, calcada quase sempre nos relatos dos viajantes europeus que acentuaram a ideia de declínio urbano no início do século XIX. Os autores demonstram que a questão da diminuição do número de habitantes de Vila Rica, entre meados do século XVIII e início do século XIX, foi tão intensamente enfatizada nos relatos dos viajantes e de parte da historiografia muito mais pela superestimação que se fez de sua população no período do apogeu da atividade mineradora do que por dados efetivos que a comprovassem. Lançando mãos de registros

paroquiais e levantamentos demográficos diversos, os autores recolocam as questões sobre o crescimento ou declínio populacional da cidade de Ouro Preto ao longo dos séculos XVIII e XIX.

Dando sequência às preocupações com o espaço, no artigo *Recuperando terreno: o espaço como problema de pesquisa em história colonial*, Tiago Gil demonstra como o enorme avanço das pesquisas sobre o período colonial, com a introdução de novos temas e o aprofundamento de outros (poderes locais, mercados internos, demografia dos diversos grupos sociais, dentre muitos outros), não se fez acompanhar por uma reflexão bem fundamentada em relação ao espaço. Chama atenção para a necessidade de se retomar o diálogo entre história e geografia, tempo e espaço, sobretudo considerando o enorme avanço tecnológico disponível para ser utilizado pelos pesquisadores para melhor desvendar estas dimensões da análise histórica. Tiago Gil indica como pode ser promissor o uso do material disponível organizado por historiadores ditos tradicionais, notadamente aqueles com forte apego aos modos de fazer história dos Institutos Históricos e Geográficos, com as sofisticadas tecnologias disponíveis atualmente. Finalmente, o texto elenca uma série de novos trabalhos que tem caminhado nesse sentido com resultados surpreendentes, dentre os quais se destaca o projeto criativo e inovador coordenado pelo autor na elaboração do “Atlas Digital da América Lusa”.

O artigo de Mônica da Silva Ribeiro, *O Rio de Janeiro como cabeça do centro-sul da América portuguesa*, analisa a crescente importância dessa localidade no contexto do século XVIII, bem como o conjunto de transformações processadas em virtude desta nova orientação geopolítica do império português. Reflete sobre a crescente importância das elites mercantis e suas alianças com segmentos da nobreza da terra e o papel estratégico de principal centro administrativo da América Portuguesa, responsável pelo controle e fiscalização das áreas mineradoras.

Já o artigo de Eliane Fleck e Mauro Tavares, *“Remédios para amansar a fera”: as regras para o bem viver e as orientações para os mal casados viverem em paz em um manual de devoção do século XVIII*, destaca-se por dar à questão do matrimônio e às relações de gênero – temas bastante trabalhados pela historiografia – um tratamento original. Os autores se baseiam na literatura religiosa de meados do século XVIII para analisar a importância que a Igreja conferia ao sacramento do casamento e o seu empenho para continuar definindo as regras para o *bem viver* no contexto dos primeiros sinais da crise do Antigo Regime. O objetivo dos autores é tanto apresentar o significado da produção da literatura religiosa, em um contexto de ampliação da leitura e da circulação de impressos, quanto destacar a concepção cristã de casamento existente no século XVIII.

O último artigo que integra o dossiê de autoria de Sabina Loriga e intitulado *Nos interstícios da história* fez parte de uma edição italiana de comemoração dos vinte e cinco anos de lançamento da obra *Herança Imaterial* de Giovanni Levi. A autora faz uma reflexão sobre o significado da proposição de G. Levi ao buscar os indivíduos nos interstícios da história e realiza uma análise crítica de como os historiadores, nos últimos duzentos anos, trataram o tema do indivíduo. Para Loriga, a citada obra de Levi, junto a outras no mesmo contexto, foi responsável por introduzir o singular no social e por entender o contexto histórico não como um conjunto compacto, mas como um tecido conectivo de diversas intensidades. Este artigo que encerra nosso dossiê não podia ser mais apropriado, ao trazer à tona as discussões sobre as diferentes dimensões do indivíduo na História.

Como se depreende destes breves comentários sobre os artigos que o integram, este dossiê pretende apresentar ao público algumas inquietações da atual discussão historiográfica sobre o período. Por outro lado, também é certo que representa apenas uma parcela do atual universo de indagações sobre as quais tem trabalhado os historiadores brasileiros. Muitas outras reflexões poderiam se somar a estas devido ao grande dinamismo e diversidade temática da área no conjunto da historiografia brasileira. Aspiramos que futuros projetos como este possam surgir, repercutindo na divulgação das pesquisas e numa maior interlocução entre os pesquisadores.

Carla Maria Carvalho de Almeida  
Mônica Ribeiro de Oliveira  
Organizadoras do dossiê